

A CRISE DO RIO E SUAS ESPECIFICIDADES

THE RIO CRISIS AND ITS SPECIFICITIES

MAURO OSÓRIO¹

MARIA HELENA VERSIANI²

HENRIQUE RABELO³

RESUMO: Este artigo aborda a existência de uma crise econômica específica e de longo curso no estado do Rio de Janeiro, que tem origem em uma combinação de fatores que incluem: a) a transferência da Capital Federal para Brasília sem compensações para o Rio de Janeiro; b) a histórica falta de reflexão sobre o desenvolvimento do estado do Rio, que se consagrou, no imaginário político e social, menos como espaço regional e mais como território da nacionalidade; e c) a constituição de um marco de poder específico no estado fluminense, a partir das cassações parlamentares impostas pelo golpe civil-militar de 1964, que abriu espaço para uma hegemonia política de viés marcadamente clientelista no estado do Rio de Janeiro e que promoveu violenta desestruturação da máquina pública estadual. A combinação desses fatores influenciou e ainda influencia decisivamente para que o estado do Rio de Janeiro esteja enfrentando há décadas uma situação de particular perda de dinamismo econômico no campo federativo e deixa ver que urge ampliar a reflexão sobre o estado, tendo em vista construir massa crítica para a formulação e consolidação de estratégias eficazes e sustentáveis de desenvolvimento regional.

PALAVRAS-CHAVE: Estado do Rio de Janeiro; Crise econômica; Desenvolvimento regional.

ABSTRACT: This article argues for the existence of a specific and long-term economic crisis in the state of Rio de Janeiro, originating from a combination of factors including: a) the transfer of the Federal Capital to Brasília without

¹ Doutor em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ); Professor Titular da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ; membro da Coordenação do Programa Interinstitucional de Estímulo à Pesquisa sobre o Estado do Rio de Janeiro, do Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (Friperj).

² Doutora em História, Política e Bens Culturais, com Pós-Doutoramento em História e doutoranda em Economia Regional e Desenvolvimento (PPERD/UFRJ); Pesquisadora no Museu da República e no Friperj.

³ Mestre em Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ); Secretário Executivo do Friperj.



compensation for Rio de Janeiro; b) the historical lack of reflection on the development of the state of Rio, which, in the political and social imagination, has been established less as a regional space and more as a territory of the nation; and c) the establishment of a specific power structure in the state of Rio de Janeiro, stemming from the parliamentary purges imposed by the 1964 civil-military coup, which opened the way for a markedly clientelist political hegemony in the state and promoted a violent dismantling of the state's public administration. The combination of these factors has decisively influenced, and continues to influence, the fact that the state of Rio de Janeiro has been facing a situation of particular economic stagnation for decades within the federal system, highlighting the urgent need to broaden reflection on the state in order to build critical mass for the formulation and consolidation of effective and sustainable regional development strategies.

KEYWORDS: State of Rio de Janeiro; Economic crisis; Regional development.

RIO DE JANEIRO: OS DESCAMINHOS DE UMA ECONOMIA

O estado do Rio de Janeiro, no século XIX, foi o principal centro produtor de café no Brasil, com base no trabalho de escravizados. A partir do final dos Oitocentos, a produção passou a ocorrer hegemonicamente em São Paulo, já com base no trabalho assalariado e a partir de uma política de atração de trabalhadores imigrantes. O estado paulista alcançou grande dinamismo econômico e, em 1920, a economia paulista já havia ultrapassado o somatório da economia carioca e fluminense, passando a liderar o processo de crescimento econômico brasileiro, que se deu com grande dinamismo até 1980.

No entanto, até 1970 – década em que se consolidou a transferência da Capital para Brasília –, o somatório da economia carioca e fluminense ainda crescia em uma velocidade bastante próxima ao crescimento da economia brasileira.⁴

Nesse sentido, por exemplo, indicadores relativos ao PIB apontam que, nos anos 1950, o território que abrangia a atual região fluminense apresentava um crescimento médio percentual de 6,6% ao ano, bastante próximo ao da Região Sudeste, de 6,7% ao ano, e ao total do Brasil, de 7,1% ao ano.⁵

A partir de 1960, no entanto, com a transferência da Capital para Brasília, a cidade do Rio de Janeiro – organizada desde a origem como porto e eixo de logística nacional e que a partir da vinda da Família Real consolidou-se como centro de articulação nacional, do ponto de vista político, cultural, econômico e social –, sofreu um processo de fratura em sua dinâmica institucional, o mesmo ocorrendo com a Velha Província, que então derivava a sua lógica econômica pós-ciclo

⁴ Ver: Rabelo; Versiani; Osorio, p. 11-30, abr. 2025.

⁵ Pacheco, 1998, p. 69.

cafeeiro do dinamismo existente em seu núcleo econômico central (a cidade do Rio de Janeiro) e dos investimentos federais nela realizados até 1960.

2. CONCEITOS E FUNDAMENTOS

Utilizando a conceituação de institucionalistas como Douglass North (1993) e Hodgson (1997 e 1998), que definem instituições como normas formais (leis e regulamentos) e informais (história, cultura, hábitos e rotinas), a dinâmica da cidade do Rio e do antigo estado do Rio de Janeiro sofreu uma ruptura em seu marco institucional, com a transferência da Capital para Brasília em 21 de abril de 1960.

No mesmo sentido, cabe utilizar o marco teórico construído por Paul Krugman, que, em seus trabalhos “The role of geography in development” (Krugman, 1999) e “Economia espacial: urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo” (Krugman; Fujita; Venables, 2002), busca analisar a existência de diferenças marcantes nos níveis de desenvolvimento das regiões.

O autor utiliza a conceituação de *linkages*, de Albert Hirschman (1958), para afirmar que uma determinada atividade econômica pode gerar, em um determinado território, efeitos de encadeamento e, por conseguinte, rendimentos crescentes de escala. Além disso, Krugman trabalha com o conceito de “causação circular cumulativa”, de Gunnar Myrdall (1968). Com base nesses conceitos, constrói a ideia de que uma determinada região, a partir de uma diferenciação inicial causada, por exemplo, pela existência de um porto ou por algum fato histórico, mesmo que fortuito, pode vir a desenvolver novas diferenciações relativamente às outras regiões.

Nesse processo, existiria uma tensão entre forças centrípetas, que estariam gerando dinamismo para a região em foco, e forças centrífugas, que poderiam estimular a migração de investimentos para outras regiões.

As forças centrípetas seriam, fundamentalmente, aquelas que permitiriam gerar a atração de novos investimentos e dinamismo econômico, por exemplo, pela existência de um mercado de trabalho com tal porte que permitisse, principalmente para as habilidades especializadas, que empregadores viessem a encontrar trabalhadores mais facilmente e vice-versa. Outro exemplo seria a existência de infraestrutura adequada em uma região, que facilitasse a atração e efetivação de investimentos.

As forças centrífugas estariam relacionadas a questões como o esgotamento de fatores produtivos – como a terra, o aumento de custos de aluguéis e quaisquer formas de deseconomias externas, como a poluição, a violência, uma lógica política particularmente clientelista e/ou mafiosa, uma máquina pública desestruturada, carência de infraestrutura etc.

Dessa forma, uma dada região poderia vir a apresentar um dinamismo econômico igual ou superior a outras regiões no cenário da economia mundial, ou no cenário da economia de um determinado país, sendo que, a partir de certo

momento, pelo maior efeito das forças centrífugas vis-a-vis às forças centrípetas, poderia ocorrer o que Paul Krugman denomina de “bifurcação” ou “reversão” de um determinado dinamismo econômico-social.

Nesse sentido, os territórios carioca e fluminense, tendo em vista derivarem o seu dinamismo econômico centralmente da história de Capital e de capitalidade⁶ da cidade do Rio de Janeiro, viriam a sofrer, a partir dos anos 1960 e 1970, com a consolidação da transferência da Capital para Brasília, um processo de erosão de sua importância e de seu dinamismo econômico-social. O entendimento dessa questão, no entanto, demorou a transparecer socialmente, só ocorrendo nos anos 1980, com a inversão do processo de crescimento da economia brasileira e a crise fiscal que se instaurou no país. Até o final da década de 1970, no entanto, o que se viu foi a doce ilusão de que a cidade do Rio de Janeiro teria assinado, nos dizeres de Carlos Lessa (2000, p. 238), um “pacto eterno com a prosperidade”⁷.

Podemos derivar a demora dessa percepção a um conjunto de fatores, como a cultura de capitalidade existente no território carioca, que pode ser bem analisada à luz da conceituação de Douglass North (1993), quando o autor afirma que uma determinada conformação institucional criaria hábitos e rotinas arraigados – nos quais as questões de escolha se apresentariam como algo regular, repetitivo e claramente evidente, de modo que cerca de 90% de nossas ações em vida não requereriam muita reflexão –, contribuindo para que no Rio de Janeiro não viesse a ocorrer a percepção, de forma imediata, da quebra da dinâmica institucional a partir de um fator “exógeno” (no caso aqui em questão, a mudança da Capital).

No mesmo sentido, Geoffrey M. Hodgson (1997), em sua obra “Economia e evolução – o regresso da vida à teoria econômica” (1997), observou:

As instituições têm uma qualidade de estabilidade e inércia e tendem a manter e, portanto, a ‘transmitir’ as suas características importantes ao longo do tempo. As instituições são consideradas frutos e reforçadores dos processos de pensamento rotinizados, sendo partilhadas por um conjunto de pessoas numa dada sociedade (Hodgson, 1997, p. 276).

Hodgson afirma que o institucionalismo enxerga os indivíduos como situados e envolvidos em uma dada conduta social. Dessa forma, as suas funções e

⁶ Estamos utilizando aqui o conceito de “capitalidade” conforme trabalhado por Marly Silva da Motta, quando, partindo da formulação teórica de Giulio Argan – arquiteto, historiador da arte, prefeito comunista de Roma (1976-1979) – define as cidades-capitais “como o lugar da política e da cultura, como núcleo da sociabilidade intelectual e da produção simbólica, representando, cada uma a sua maneira, o papel de foco da civilização, núcleo da modernidade, teatro do poder e lugar de memória” (Motta, 2001, p. 24).

⁷ Sobre a percepção da crise do estado do Rio de Janeiro ter ocorrido apenas nos anos 1980, ver também: Dain, 1990.

preferências não seriam dadas e fixas, mas sim um contínuo processo de adaptação e mudanças:

Uma linha de ação habitual constitui uma linha habitual de pensamento e dá o ponto de vista através do qual os fatos e eventos são apreendidos e reduzidos a um corpo de conhecimento. As instituições criam e reforçam os hábitos de ação e pensamento: a situação de hoje molda as instituições de amanhã, através de um processo coercivo e seletivo, através da ação sobre a visão habitual do homem das coisas e dessa forma alterando ou fortificando um ponto de vista de uma atitude mental trazida do passado (Hodgson, 1998, p. 10. Trad. Alexandre Borges).

Ou seja, uma determinada cultura gera formas de raciocínio e percepção, dificultando a observação imediata das consequências de uma mudança gerada por um fator exógeno, no caso em exame a mudança da Capital da cidade do Rio de Janeiro para Brasília.

Além disso, o fato da transferência da Capital se acelerar somente a partir da década de 1970 e a economia brasileira apresentar dinamismo no período 1968/1980 acabou por mascarar a percepção de que, por exemplo, na década de 1970, o conjunto das economias de cidade do Rio e do antigo estado do Rio já apresentava um crescimento bem abaixo do brasileiro. Por exemplo, entre 1970 e 1980, a evolução do valor da produção industrial no conjunto dessas duas economias foi de em torno de 172%, contra um crescimento em Minas Gerais de 341%, em São Paulo de 261% e no Brasil de 284%^{8 9}.

5

3. RIO NACIONAL, RIO LOCAL

Ao se organizar a Capital Federal, na instauração da República – o que foi confirmado na Constituição de 1946 e na Lei Orgânica do Distrito Federal de 1948 –, buscou-se constituí-la tendo como referência a cidade de Washington, de tal modo que o jogo político local na Capital da República fosse secundarizado ou fragilizado em face ao jogo político nacional¹⁰. Ficou definido que o prefeito seria nomeado pelo Presidente da República e que, ao contrário das demais localidades, as leis votadas pelos vereadores e vetadas pelo prefeito não retornariam para votação na Câmara, mas sim seriam analisadas pelo Senado Federal. Assim, a forma como se organizou a institucionalidade local no Distrito Federal levou a que o jogo político local perdesse ainda mais força e ocorresse de forma bastante

⁸ Em 1975 ocorreu a fusão entre a Guanabara (cidade do Rio de Janeiro) e o antigo estado do Rio de Janeiro. Por esse motivo, comparamos o somatório do valor da produção industrial da Guanabara e do antigo estado do Rio de Janeiro em 1970 com o valor da produção industrial do novo estado do Rio de Janeiro em 1980, descontada a inflação do período.

⁹ Rosa (Coord.), 1995.

¹⁰ Sobre o assunto, ver Freire, 2000 e Motta, 2001.

fragmentária, em uma região em que os interesses econômicos, políticos e culturais se articulavam centralmente com a dinâmica e a política nacional¹¹.

Assim, constitui-se na cidade do Rio de Janeiro, conforme analisado por Marly Silva da Motta (2000 e 2001), duas lógicas políticas. Uma bastante nacional e radicalizada, no que se referia à representação da cidade na Câmara Federal e no Senado – o que se evidenciava, por exemplo, a partir do fato de que a senatória da cidade tenha sido disputada, em 1958, por Afonso Arinos, prócer da UDN nacional e deputado por Minas Gerais, e Lutero Vargas (PTB), simbolizando o getulismo. Ou ainda, em 1962, na Guanabara, terem participado da disputa senatória Juracy Magalhães, então governador da Bahia (UDN), e Aurélio Viana, deputado federal por Alagoas (PSB). Outro aspecto é que a lógica local, conforme apresentada acima, pelo seu imbricamento com a lógica nacional e ausência de eleições diretas locais, aguçava ainda mais a falta de reflexão e de criação de massa crítica sobre a realidade local.

O fato de no território carioca as atenções se voltarem majoritariamente para a temática nacional, em prejuízo da temática regional, junto à descrença em relação à transferência da Capital em 1960 e à forma como se organizou institucionalmente a cidade do Rio, fizeram com que, na segunda metade dos anos 1950, as reflexões e proposições sobre os rumos e estratégias da cidade, pós-transferência da Capital, ocorressem de forma bastante frágil e com pouca importância social, contribuindo também para que, a partir de 1960, houvesse uma demora na percepção da efetividade e das consequências desse processo.¹²

No mesmo sentido, no antigo estado do Rio de Janeiro se fazia sentir a presença da Capital, conforme podemos observar na obra “Em busca da idade do Ouro”, de Marieta de Moraes Ferreira (1991), quando a autora pontua uma dificuldade de interlocução entre as elites econômicas escravagistas da Velha Província e as elites políticas de viés mais nacional, como Alberto Torres e Nilo Peçanha, obstaculizando a implantação de estratégias econômicas a partir da decadência da cafeicultura na região.

A questão das elites do antigo estado do Rio terem um marcado viés nacional, em nosso entendimento apresentou continuidade até os anos 1950, a partir de personagens como os Macedo Soares, Prado Kely, Raul Fernandes e mesmo Amaral

¹¹ O Distrito Federal do Rio de Janeiro foi palco, no correr do século XX até a transferência da Capital, de lutas autonomistas, conforme ressaltado por Marieta de Moraes Ferreira (2000). Esta bandeira ganhou expressão social nos anos 1930 com Pedro Ernesto, que criou o Partido Autonomista, o qual tinha como uma de suas bandeiras passar a existir eleições diretas para prefeito no Distrito Federal. Acredito, no entanto, que a característica central do jogo político local na cidade do Rio, até 1960, tenha sido a fragmentação e a clientela, tendo em vista a história da Capital e a forma como foi organizada institucionalmente, sem eleições majoritárias e com a fragilização da política local em relação à federal.

¹² Osorio, 2005.

Peixoto, que migraram da política carioca para a do antigo estado do Rio a partir de seu relacionamento com Getúlio Vargas, mas mantiveram participação e influência na política carioca¹³.

A importância de uma articulação entre as elites políticas e econômicas de uma região, para a alavancagem de um processo de desenvolvimento econômico, está bem pontuada em Otávio Dulci, quando o autor analisa esta articulação como um elemento-chave da estratégia engendrada em Minas Gerais, a partir da década de 1940 e 1950, que veio a gerar um articulado arcabouço institucional de fomento ao desenvolvimento¹⁴.

A dificuldade de articulação entre as elites políticas e econômicas na Velha Província contribuiu para que a lógica econômica naquele território, pós-ciclo cafeeiro, viesse a depender de investimentos federais e da Capital da República, tanto ou mais que a cidade do Rio de Janeiro. Contribuiu também para que a transferência da Capital fosse, tanto quanto no território carioca, um marco de reversão no antigo estado do Rio de Janeiro¹⁵.

4. BELACAP E OS EQUÍVOCOS NAS ESTRATÉGIAS DE FOMENTO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL

No que se refere à Belacap, a sua história de cidade-Capital e a forma como foi organizada do ponto de vista político-institucional levou a que, conforme pontuado por Arnaldo Niskier, no trabalho denominado “Rio Ano 2000”, na cidade do Rio de Janeiro, a vivência dos problemas nacionais reduzia “a pálidos reflexos os problemas locais. Depois da mudança da Capital para o Planalto, o povo carioca

¹³ Sobre o assunto, ver em Motta (2000, p. 32), por exemplo, o peso da participação de Amaral Peixoto nas negociações sobre a nova institucionalidade carioca, quando da transferência da Capital.

¹⁴ Em Minas Gerais, visando a fomentar o desenvolvimento regional e realizar pesquisas, foi criado um conjunto de instituições, do qual participaram: a Fundação João Pinheiro, voltada para a realização de pesquisas sobre a realidade mineira; um programa de mestrado e doutorado, denominado CEDEPLAR e vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais; um órgão de promoção econômica de Minas Gerais, o Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais - INDI; e o Banco de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais - BDMG.

¹⁵ Acreditamos que a Velha Província tenha sofrido com a transferência da Capital de forma mais pesada que a própria cidade do Rio de Janeiro, não só pela dependência econômica já apontada, mas também pela instabilidade político-institucional existente naquela região entre 1960 e 1964 – com a morte do governador Roberto da Silveira, a posterior cassação de Badger da Silveira e por terem, os governadores nomeados pelo governo militar, permanecido no cargo em média por apenas dois anos. Isto pode trazer luz à discussão sobre a fusão e a curiosa questão de que, em debate realizado pelo Jornal Correio da Manhã, no final dos anos 1950, vários depoimentos publicados deixam a impressão de que a máquina do Distrito Federal estaria, à época, em pior situação do que a do antigo Estado do Rio de Janeiro – visão esta invertida em relação ao debate que ocorre a partir dos anos 1970.

descobriu que só conhecia de si mesmo e de sua cidade a visão do turista apressado” (Guanabara, Comissão do Ano 2000, 1970, p.15).

Esta questão também é apontada em depoimento de Villas-Boas Corrêa ao CPDOC:

Acho que a bancada do Rio de Janeiro, como o Rio era Capital, se dissolvia muito, não tinha muita identidade. Até porque o prefeito do Rio era nomeado (...). A grande verdade é a seguinte: cobria-se mal a política carioca, porque a política nacional, que era feita aqui no Rio de Janeiro, abafava a política local (Ferreira, 1998, p. 55).

Assim, nos anos 1960, tendo em vista a história institucional desta região e o lento processo de transferência da Capital, a percepção hegemônica era a de que o Rio continuaria como a Belacap e a Capital de fato, o que levou os dois primeiros governos da Guanabara a realizar uma política de modernização urbana que, *per si*, e por suposto, reafirmaria a centralidade carioca.

Por outro lado, do ponto de vista de uma política explícita de desenvolvimento econômico e como reflexo da falta de massa crítica sobre a realidade local, os governos Carlos Lacerda (1960-1965) e Negrão de Lima (1965-1971) realizaram uma política de fomento focada na indústria, particularmente de organização de distritos industriais, conforme tese defendida pela representação patronal da Guanabara, que: apresentava, na prática, pouca importância dentro das prioridades e gastos governamentais; realizava-se, fundamentalmente, com base em dados e pressupostos equivocados, desfocada da história e das potencialidades da região; mostrava-se mimética relativamente ao que ocorria na economia brasileira e internacional; e que resultou, ao final da década, em um rotundo fracasso.

A hipótese defendida pela representação patronal da indústria da cidade do Rio de Janeiro era a de que, nessa região, da mesma forma que em São Paulo, estaria ocorrendo um derramamento do processo de industrialização do núcleo central para a periferia (antigo estado do Rio de Janeiro), sendo, portanto, de fundamental importância para a nascente Guanabara a realização de uma política de oferta de terrenos e infraestrutura. Apresentava-se como argumento o fato de que, nos anos 1940, 1950 e início dos 1960, a indústria do antigo estado do Rio cresceu acima da média nacional, porém não se levou em consideração que isto ocorria fundamentalmente pelos investimentos federais existentes naquela região¹⁶.

A hipótese derivava ainda do momento vivido no Brasil e do cenário internacional, em plena segunda revolução industrial, quando se discutia as políticas regionais de forma bastante centrada nas proposições industrialistas de François Perroux (1967). Esta hipótese e o foco dos governos Lacerda e Negrão, do

¹⁶ Sobre o assunto, ver: Osorio, 2005.

ponto de vista econômico, no setor industrial e em uma política de distritos industriais – constituindo inclusive uma empresa de fomento chamada Companhia Progresso da Guanabara - COPEG -, poderia atender aos interesses da representação industrial, inseridos com hegemonia nesse debate rarefeito, mas, objetivamente não deram conta da problemática da reinserção estratégica dessa nova unidade federativa no cenário da economia brasileira.

Essa discussão sofreu alguma inflexão no final dos anos 1960, tendo em vista a ampliação dos debates sobre a questão regional – que acreditamos ter relação com a nova institucionalidade pós-1960 e a autonomia política conquistada pela região –, havendo uma maior percepção, ainda que não consolidada, sobre a efetivação do processo de transferência da Capital. Surgiu, assim, nesse período, trabalhos como o de Lysia Bernardes e Pedro Geiger (Bernardes, 1964), que começaram a apontar que seria necessário ter uma política de negociação com o Governo Federal e de fomento regional, visando a manter e estimular a região como um centro econômico, político e cultural nacional. Ou seja, para a manutenção da cidade do Rio de Janeiro com suas características anteriores e preservando o seu dinamismo econômico, o foco centralmente industrialista das políticas então adotadas não seria adequado. Isto, no entanto, não se consolidou como alternativa, vindo, o primeiro governo Chagas Freitas (1971-1975), a manter, e mesmo aprofundar, a política econômica focada em distritos industriais¹⁷.

No que se refere ao resultado da política focada em distritos industriais, organizada no correr da existência da Guanabara, evidencia-se que, do ponto de vista quantitativo, ela fracassou, pelos argumentos acima apresentados e sendo que, ao longo do governo Lacerda, só ocorreu a ocupação, por indústrias, em uma área de em torno de 1% da inicialmente prevista para o total dos distritos industriais na Avenida das Bandeiras (atual Avenida Brasil) e em Santa Cruz.¹⁸ No correr do governo Negrão de Lima, a política de distritos industriais também não obteve resultado significativo, seja pela não ocupação do novo distrito por ele criado, chamado de Fazenda Botafogo, e seja pelo fato do Distrito Industrial de Santa Cruz continuar basicamente desocupado, enquanto a COPEG se transformou, no correr deste governo, prioritariamente, em uma companhia de fomento ao setor imobiliário.

Da mesma forma, esta política não apresentou, no período Chagas Freitas, resultados significativos, apesar de que, do ponto de vista da estratégia governamental, houve uma amplificação do foco. Isto pode ser observado, por exemplo, no depoimento de José Augusto Assumpção Brito¹⁹, ao afirmar que a

¹⁷ Sobre o assunto, ver: Santos, 1990 e Sarmento, 1999.

¹⁸ Ver Osorio, 2005.

¹⁹ José Augusto Assumpção Brito teve longa trajetória de atuação como técnico e dirigente em instituições vinculadas à economia da Guanabara e do antigo estado do Rio de Janeiro. Nos anos 1960, trabalhou como técnico na COPEG. Na primeira metade dos anos 1970, atuou vinculado à Companhia de Desenvolvimento Industrial do antigo estado do Rio de Janeiro. A partir de 1974,

consolidação dos investimentos em infraestrutura permitiu que o Distrito Industrial de Santa Cruz viesse a funcionar de fato somente ao final do governo Chagas Freitas. Além disso, de acordo com Assumpção Brito, a política de distritos industriais não teria tido importância significativa no dinamismo industrial existente no território carioca nos anos 1970, com este dinamismo derivando-se centralmente do “milagre econômico”.

Por outro lado, a partir da análise dos documentos “Economia Industrial do Novo Estado do Rio de Janeiro” (Barros, 1975) e “Tendências de crescimento da Guanabara” (Instituto de Desenvolvimento da Guanabara, 1974), chegamos à mesma conclusão. De acordo com a obra de Barros (1975, p. 156), por exemplo, no ano de 1973 existiria, para o total do bairro de Santa Cruz, apenas 15 indústrias, com uma participação no total do número de estabelecimentos, na Guanabara, de 0,6%. Além disso, o autor analisa que o bairro de Jacarepaguá, onde Chagas Freitas estabeleceu uma política para a instalação de um novo distrito industrial, possuía em 1973 apenas 1,83% do total de estabelecimentos industriais existentes na Guanabara.

Dessa forma, os três governos da Guanabara não conseguiram articular uma reversão do processo de bifurcação – utilizando-se a conceituação de Paul Krugman – que ocorreu em 1960.

5. NOVO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E APROFUNDAMENTO DA CRISE

Os governos do estado do Rio de Janeiro a partir da fusão também não lograram êxito no desenho de uma estratégia de fomento ao desenvolvimento econômico regional, que revertere a perda de participação da economia carioca e fluminense na economia nacional que já ocorria desde a transferência da Capital.

Sobre a inexistência de uma adequada estratégia de desenvolvimento econômico para a cidade do Rio e, posteriormente, para o estado do Rio de Janeiro, vale citar a consideração de Raphael de Almeida Magalhães, vice-governador do primeiro governo da Guanabara e coordenador do Programa de Ações Federais no Rio de Janeiro, no correr dos dois governos de Fernando Henrique Cardoso:

A criação do estado da Guanabara em si mesma não poderia dar conta das causas que determinaram a decadência da cidade. Teve entretanto o mérito de permitir a autonomia política da cidade, cujo governo pôde, com verdadeiro empenho, tentar, ao menos, recuperar a qualidade dos serviços básicos, enfrentando, com êxito parcial, alguns dos mais agudos problemas de infraestrutura herdados da época da dominação federal.

com a fusão, dirigiu a CODIN, Companhia de Desenvolvimento do novo estado do Rio de Janeiro, por um período de dez anos. Posteriormente, participou dos governos de Saturnino Braga, Moreira Franco e Marcelo Alencar, tendo sido ainda, no início dos anos 1990, presidente do SEBRAE Nacional. Ver: Osorio, 2005, Conclusão.

A verdade é que a simples autonomia política não bastava para a viabilização de um projeto de restauração substitutiva da base produtiva da cidade e da sua região, afetada com a perda irreversível da condição de metrópole nacional. (...)

Redescobrir funções reorganizadoras das atividades econômicas continua sendo, assim, desde a década dos 50, o verdadeiro desafio para a cidade e sua região. Identificá-las, agora, se inscreve, além do mais, no complexo contexto de nosso tempo, que deve considerar a globalização da economia e a necessidade vital de nova forma de articulação do Brasil com os centros decisórios internacionais. (Magalhães, 2001, p. 4 e 5)

Entendemos, como dito, que essa lógica pós-1960 é fruto da história de Capital e capitalidade da cidade do Rio de Janeiro, e que, do ponto de vista da sua institucionalidade política, veio, com o golpe de 1964, a ser particularmente atingida no processo de cassações, tendo em vista a polarização política, com peso acentuado do PTB e UDN na cidade.²⁰

Assim, logo após o Golpe de 1964, o PTB e a esquerda como um todo sofreram pesadamente o processo de cassações. Por outro lado, pelo fato de Carlos Lacerda ter rompido com o regime militar no correr da década de 1960, a UDN carioca também foi atingida²¹, o que fez com que ocorresse uma desarticulação da lógica nacional nessa região, abrindo-se espaço para que Chagas Freitas, com sua política localista de clientela, conquistasse ampla hegemonia na cidade e posteriormente no estado do Rio de Janeiro. É plausível afirmar que esta hegemonia política no estado do Rio de Janeiro se desdobra e se agrava até os dias atuais.

Ou seja, na cidade do Rio de Janeiro e, posteriormente, no novo estado do Rio, firmou-se a existência de uma lógica nacional cada vez mais inorgânica e de uma lógica clientelista e fragmentária crescentemente hegemônica no plano estadual. Tal constructo gerou um marco institucional que dificulta a organização consistente das estratégias e políticas regionais absolutamente necessárias a partir da transferência da Capital.

A crise pós-1960 que se instaurou inicialmente na Guanabara e no antigo estado do Rio de Janeiro e que teve continuidade no novo estado do Rio de Janeiro a partir da fusão, pode ser vista pelo conjunto de indicadores econômicos e sociais existentes.

Por exemplo, entre 1970 e 2022, o estado do Rio de Janeiro foi uma das duas unidades federativas com maior perda de participação no PIB nacional, com uma perda de 31,4% (IBGE).²²

²⁰ Ver: Versiani, 2016.

²¹ Sobre o assunto ver Osorio, 2005.

²² A outra unidade federativa é o Rio Grande do Sul, que teve uma perda de 31,5%.

Na mesma linha, o estado do Rio de Janeiro foi a unidade da federação com menor crescimento do emprego formal, entre 1985 e 2023, com um crescimento de 62,3%, contra um crescimento no total do país de 167% (Ministério do Trabalho e Emprego/Rais).

No que diz respeito à taxa de desemprego, o estado do Rio de Janeiro apresentava no segundo trimestre de 2025, uma taxa de 8,1%, contra uma taxa no total do país de 5,8%. Mais grave: para jovens entre 18 e 24 anos, a taxa de desemprego no estado do Rio de Janeiro era de 20,5%, contra uma taxa no total do país de 12,0%. O estado apresentava a maior taxa de desemprego para jovens, entre as 27 unidades federativas brasileiras.

No que tange aos indicadores sociais, o estado do Rio de Janeiro, em 2003, estava na penúltima posição, entre as unidades federativas, no Índice de Educação do Ensino Básico (Ideb/MEC) em relação ao ensino médio.

Na área de saúde, o estado do Rio de Janeiro apresentava em 2023 uma taxa de mortalidade materna, para cada cem mil nascidos, de 74,40 – bem maior do que a taxa para o total do Brasil, de 50,94. Essa taxa era inclusive superior à verificada nas regiões Norte e Nordeste do Brasil, de, respectivamente, 69,38 e 55,92 (Datasus).

O Índice Firjan de Desenvolvimento Municipal - IFDM para as áreas de Educação e Saúde também mostram uma situação bastante ruim no estado do Rio de Janeiro. Comparando os resultados dos municípios fluminenses no IFDM-Educação, no conjunto dos 1667 municípios da Região Sudeste, verificamos que, em 2023, entre os primeiros 500 colocados só existe um único município fluminense: Bom Jesus de Itabapoana, na 448ª posição. Entre a 501ª e 1000ª, encontravam-se 19 municípios fluminenses. Entre a 1001ª e 1500ª, encontravam-se 44 municípios fluminenses. Além da 1500ª posição, encontravam-se 28 municípios fluminenses. Ou seja, a maioria dos municípios fluminenses estavam além da 1000ª posição entre os municípios da Região Sudeste.

No que diz respeito ao IFDM-Saúde, para o ano de 2023, a situação era menos ruim, mas também não era boa. Entre os primeiros 500 colocados, estavam 19 municípios fluminenses. Entre a 501ª e 1000ª, encontravam-se 19 municípios fluminenses. Entre a 1001ª e 1500ª, encontravam-se 41 municípios fluminenses. Além da 1500ª posição, encontravam-se 13 municípios fluminenses. Da mesma forma, neste indicador, a maioria dos municípios fluminenses estavam além da 1000ª posição entre os municípios da Região Sudeste.

Esse conjunto de indicadores evidencia que o estado do Rio de Janeiro, desde os anos 1970, ainda atravessa uma grave e específica crise socioeconômica, o que aponta para a necessidade de ampliar a reflexão regional sobre o estado, com o objetivo de construir uma agenda que leve efetivamente à superação desse cenário.

REFERÊNCIAS

BARROS, Frederico Robalinho de. **Economia Industrial do Novo Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: APEC; IDEG. 1975.

BERNARDES, Lysia Maria Cavalcanti (Coord.). **O Rio de Janeiro e sua região.** Rio de Janeiro: IBGE/ Conselho Nacional de Geografia, 1964.

DAIN, Sulamis. **Crise econômica:** Rio de todas as crises. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1990. (Série Estudos e Pesquisas).

FERREIRA, Marieta de Moraes. **Em busca da Idade de Ouro:** as elites políticas fluminenses na primeira República (1889 – 1930). Niterói: UFF. Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 1991.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Crônica política do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1998.

FERREIRA, Marieta de Moraes (Coord.). **Rio de Janeiro:** Uma cidade na história. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000.

FREIRE, Américo. **Uma capital para a República:** poder federal e forças políticas locais no Rio de Janeiro na virada para o século XX. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

GUANABARA. Secretaria de Ciência e Tecnologia. Comissão do ano 2000. **Rio Ano 2000.** Rio de Janeiro, 1970.

HIRSCHMAN, Alberto. **Estratégia do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1958.

HODGSON, Geoffrey M. **Economia e evolução:** o regresso da vida à teoria econômica. Oeiras: Celta, 1997.

HODGSON, Geoffrey M. The Approach of Institutional Economics. **Journal of Economic Literature**, mar. 1998.

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DA GUANABARA. **Tendências de crescimento da Guanabara.** Rio de Janeiro: SENAI, 1974.

KRUGMAN, Paul. The role of geography in development. **International Regional Science Review**, [S.l.], v. 22, n. 2, p. 142-161, ago. 1999.

KRUGMAN, Paul; FUJITA, Masahisa; VENABLES, Anthony J. **Economia espacial:** urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo. São Paulo: Futura, 2002.

LESSA, Carlos. **O Rio de todos os Brasis: uma reflexão em busca de auto-estima.** Rio de Janeiro: Record, 2000.

MAGALHÃES, Raphael de Almeida. **Breve Histórico sobre a Estruturação Física e Econômica da Cidade e sua Região.** [S.l.: s.n.], 2001. Texto mimeografado.

MOTTA, Marly Silva da. **Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara.** Rio de Janeiro: ALERJ, 2001.

MOTTA, Marly Silva da. **Saudades da Guanabara.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 2000.

MYRDALL, Gunnar. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

NORTH, Douglass C. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico.** México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

OSORIO, Mauro. **Rio nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense.** Rio de Janeiro: SENAC, 2005.

PACHECO, Carlos Américo. **Fragmentação da Nação.** Campinas/SP: UNICAMP/IE, 1998.

PERROUX, François. **A economia do século XX.** Trad. José Lebre de Freitas. Lisboa: Herder, 1967.

RABELO, Henrique; VERSIANI, Maria Helena; OSORIO, Mauro. Pensando o estado do Rio de Janeiro. **Cadernos do Desenvolvimento Fluminense**, n. 28, Edição Especial, p. 11-30, abr. 2025.

ROSA, Luiz Pinguelli (Coord.). **O gás natural na América Latina, no Brasil e no Estado do Rio de Janeiro: algumas considerações.** Cadernos de Energia, Rio de Janeiro: Energe/José Cesário Cechi, n. 8, jun.1995.

SANTOS, Angela Moulin S. Penalva. **Planejamento e desenvolvimento.** O estado da Guanabara. 1990. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). USP, 1990.

SARMENTO, Carlos Eduardo (Org.). **Chagas Freitas: Perfil Político.** Rio de Janeiro: Ed. da FGV; ALERJ, 1999, p. 135-165.

SCHWARTZMAN, Jacques (Org.). **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, 1977.

VERSIANI, Maria Helena. O Rio de Janeiro na República da Ditadura. *In*: OSORIO, Mauro; MAGALHÃES, Alex Ferreira; VERSIANI, Maria Helena (Coords.). **Rio de Janeiro**: reflexões e práticas. Belo Horizonte/MG: Editora Fórum, 2016, p. 128-147.